



CRISTIANE DA SILVA FREITAS OLIVEIRA

**VII ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

GT 21: O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO NOVO ENSINO MÉDIO

**O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO NOVO ENSINO MÉDIO E OS
DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA DISCIPLINA**

BELÉM, PARÁ

2023

O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO NOVO ENSINO MÉDIO E OS DESAFIOS PARA CONSOLIDAÇÃO DA DISCIPLINA

Cristiane da Silva Freitas Oliveira¹

RESUMO

O ensinar-aprender do componente curricular de Sociologia e seu caráter intermitente, sempre ocupou lugar de debate na produção acadêmica, sobretudo na história mais recente do Brasil em meio a implementação da Reforma do Ensino Médio. Este trabalho objetiva discorrer sobre as mudanças ocorridas no ensino de Sociologia, analisando a contribuição da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2019) e da Lei nº 13.415/2017 para o currículo do Novo Ensino Médio. Discute a necessária manutenção da Sociologia como componente curricular, ainda no Ensino Básico, e sua importância para o processo de ensino-aprendizagem. Neste sentido, propõe fazer uma análise dos documentos pertinentes para a implantação da Reforma, a organização dos currículos no Estado de Pernambuco e para a sua possível revogação. Este trabalho contribui para o debate sobre a temática, examina os impactos ocasionados pelo Novo Ensino Médio na oferta do ensino de Sociologia, ressaltando a contribuição da disciplina para as discussões acadêmicas e da sociedade organizada, na defesa de uma educação de qualidade, igualitária, fortalecida pela compreensão da escola como objeto de estudo e de intervenção do fazer sociológico.

Palavras-chave: Educação, Ensino de Sociologia, Novo Ensino Médio, Currículo, Revogação da Reforma do Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

Cada vez mais tem se discutido sobre o papel da educação na formação do ser, não só nos aspectos cognitivos, mas também o cultural, social e agora, após a pandemia tem se falado cada vez mais no aspecto emocional. A escola através da sua função de promotora de habilidade e valores constitui um espaço importantíssimo para a reflexão crítica e nesse contexto o ensino de Sociologia se apresenta como um elemento relevante para a construção desse pensamento, em razão de refletir sobre os problemas sociais, contribuir para uma educação emancipatória e apontar os elementos estruturais que podem fazer da escola e do currículo espaços estruturantes das desigualdades e assimetrias de poder. Diferenças abissais evidenciadas na pandemia da covid 19 com o modelo de aulas remotas, on-line, que excluiu parcela significativa de estudantes do aprendizado e intensificadas com a implantação da Reforma do Novo Ensino Médio.

¹ Mestranda do Mestrado Profissional em Sociologia - PROFSOCIO pela FUNDAJ, graduada em História pela FABEJA, graduada em Pedagogia pela UNINASSAU, especialista em Programação do Ensino de História pela UPE, professora da Rede Estadual de Ensino – PE, sofiza.cris@gmail.com.

Nesse contexto, o ensino de Sociologia que se ocupa do estudo das relações humanas, da forma como os seres humanos se constrói e forma uma sociedade, com suas diferenças agregando valores às diversas culturas e especificidades, tem sido atacada pelo desmonte da educação. A oferta da disciplina, no Brasil, sempre esteve à mercê de concepções políticas educacionais dominantes. Quando já em 1955, em meio a efervescência política e em defesa da democracia, Florestan Fernandes (1955, p.92) já defendia o ensino de Sociologia no ensino secundário, em virtude da sua condição natural para a formação de atitudes, tomadas de decisão embasadas na racionalidade consciente entre os meios e os fins, em qualquer setor da vida social. Hoje, observamos uma junção de forças que procuram retirar do currículo componentes que favorecem o pensamento crítico corroborando para uma educação de baixa qualidade. Dispondo de recursos como o movimento Todos pela Educação, Escola sem Partido, a PEC 241 votada em 10 de outubro de 2016 que congela em 20 anos o investimento na saúde e educação e a própria BNCC. Longe do pensamento de Florestan Fernandes (1955, p.92) que argumentava a importância da Sociologia como disciplina auxiliadora na formação cidadã, objetivando ensinar técnicas que proporciona o senso crítico, a razão e a obter uma posição objetiva e de ação diante dos fenômenos sociais, contribuindo para a construção de um olhar crítico, comprometido e emancipatório.

Desse modo, ressalta-se o caráter intermitente da oferta do componente de Sociologia no ensino básico, por está diretamente relacionada às concepções dominantes estruturais da sociedade. Ileizi Fiorelli esclarece:

Os argumentos para a inclusão da sociologia são os mais variados, mas dependem muito das concepções dominantes sobre educação, sociedade, estado e ensino. Pode-se observar que dessas concepções depreendem-se modelos de currículos muito distintos ao longo da história e o papel da sociologia vai se alterando no interior desses modelos em disputa (SILVA, 2007, p. 408).

Assim, uma educação que deveria ser para a emancipação do ser voltada para o fortalecimento da democracia no Brasil, inclusiva que atenda a todos e todas, passa a se configurar como um modelo voltado para atender a ideologia das forças políticas vigentes, a exemplo do Novo Ensino Médio, atendendo o capital privado transformando a educação em uma mercadoria, um produto lucrativo.

Ao retirar a obrigatoriedade de disciplinas como Sociologia, Filosofia e Arte dos currículos se enfatiza e se expõe uma educação excludente, que acentua as desigualdades sociais, ao passo que inclui itinerários formativos sem consistência teórico-prática e sem



investimento, segundo uma representação empresarial, preparando esses jovens para serem empreendedores de si, sem considerar a economia global e os parques fomentos públicos para a estruturação de oferta de postos de trabalho. Sem consciência de classe, sem disciplinas na escola que fomentem os debates sobre os fenômenos sociais, sem o pensamento crítico sobre as relações no mundo do trabalho. Desse modo, torna-se mais eficaz a idealização e materialização do conceito de que o sucesso ou insucesso depende apenas do seu empenho pessoal, afinal, você é empreendedor de si. Fica muito claro para quem serve esse modelo de educação.

Por isso tem se intensificado os debates sobre a Reforma do Novo Ensino Médio, nada mais natural, já que foi implementado pela Lei 13.415/2017 alterando e flexibilizando o currículo do Ensino Médio e ofertando itinerários formativos, sem o embasamento teórico prático adequado. Na prática do cotidiano escolar nos deparamos com um mercado produtor de apostilamento de conteúdos para itinerários, a educação passa a ser um produto lucrativo para o setor privado, os alunos passam a ser clientes e os professores estão reduzidos a instrutores. Ressaltando a subutilização do trabalho docente, que se especializou na sua área de conhecimento e no final, para complementação da carga horária, se encontra ministrando aulas de itinerários que nem sabe se estará sendo ofertado pela escola no ano seguinte. O que também desmotiva a formação deste profissional.

Considerando o caráter autoritário da imposição desta Reforma que não foi discutida pela sociedade, atualmente o Ministério da Educação está em período de consulta para ouvir profissionais, pais e estudantes sobre o Novo Ensino Médio. Lembrando que desde o movimento de ocupação que esses jovens já sinalizaram que querem ser protagonistas da sua própria formação, exercendo a cidadania sendo sujeitos de sua própria história.

Este trabalho propõe uma reflexão sobre as principais características do Novo Ensino Médio - NEM e sobre as discussões em torno do movimento pela revogação da reforma e procura apontar sugestões para um ensino de qualidade.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos caracterizam-se por uma combinação de pesquisa social, qualitativa e bibliográfica. No primeiro caso por explorar questões do campo

educacional, fenômeno intrínseco às relações sociais, o que permite a descoberta de novas relações a partir da coleta e análise de dados. Qualitativa, amparada no pensamento de Flick (2013, p. 23), por ter uma coleta de dados concebida de uma maneira aberta utilizando-se a reconstrução dos dados estudados e bibliográfica por se tratar de um estudo de fontes de livros e documentos como a Lei Maria da Penha, a BNCC, Lei 13.415/2017, o estudo do currículo de Pernambuco e artigos científicos.

As atividades foram direcionadas em três categorias: primeiro uma análise sobre a intermitência da oferta da disciplina de Sociologia; em segundo para quem serve o modelo de Educação do Novo Ensino Médio; em terceiro, a educação que temos e a educação que queremos seguida das considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

1. A intermitência da oferta da disciplina de Sociologia

Ao longo de sua história a Sociologia como componente curricular no Brasil passou por questões peculiares, tendo questionada a sua importância como disciplina que propõe e empodera o pensamento crítico de uma educação emancipadora e a quem interessa essa emancipação. Assim, conforme Ileizi L. F. Silva (2007, p. 408), o papel da Sociologia se altera conforme os modelos de currículos distintos relacionados às concepções dominantes da sociedade, do estado, do ensino. Assim, de acordo com a ideologia predominante de cada governo, o componente curricular de Sociologia é reformulado ou relegado a segundo plano, perdendo carga horária ou até mesmo saindo da grade de ensino, a exemplo da implantação da BNCC.

Os estudos das Ciências Sociais no 1º e 2º graus sempre estiveram em pauta na educação brasileira, sobretudo através do ensino de Sociologia. Octávio Ianni (2022, p. 328), apresenta problemas e sugestões para o estudo das temáticas, esclarecendo a importância de ressaltar os conhecimentos que o aluno já obtém e levando-os a adquirir novos. Lembrando que muitos questionamentos já estão no imaginário social destes educandos, através da televisão, do rádio, do jornal, da família. Estes já tiveram contato com a temática seja formal ou informalmente, inclusive a criança, através dos estudos sobre Tiradentes, escravidão e dos indígenas no Brasil. Estão fundamentados nestes conteúdos

significados como a política, a desigualdade social, a luta pelos direitos e a história da formação do povo brasileiro.

Contudo, mesmo tendo sua simbologia e significados amparados nas diversas áreas do conhecimento, sempre se discutiu a necessária observância dos conteúdos de Sociologia para os estudos das relações de poder, das relações humanas, da vida de indivíduos interligados em grupos sociais, suas culturas, tradições e instituições. Bem como possui a capacidade da formação do senso crítico para o exercício da cidadania, pautado na ética. Seja para manter ou alterar ideias e ideais no âmbito das relações de poder. Então a quem interessa os ataques ao ensino de Sociologia?

Analisar o processo de consolidação do ensino e Sociologia no Brasil é um desafio e nos remete a observação de que os conhecimentos da disciplina entraram no ensino secundário, sobretudo com a inclusão obrigatória da disciplina em 1931, através da Reforma Francisco Campos. Segundo Ileizi Silva (2010, p.21) em 1933 o ensino foi contemplado com a criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, em 1942, durante o Estado Novo, a Reforma Capanema retira a obrigatoriedade da Sociologia dos cursos secundários, excerto do curso normal. A autora ressalta que de 1942 a 1964 houve uma inflexão do ensino de Sociologia na escola secundária, contudo nas graduações houve uma considerada formação de sociólogos em virtude das mudanças sociais corroboradas pela urbanização, industrialização e expansão do capitalismo, favorecendo mudanças simbólicas na cultura e educação que possibilitaram a formalização das Ciências Sociais/Sociologia.

Entre 1942 a 1964 a educação brasileira vivencia um retrocesso, o ensino secundário torna-se profissionalizante, os sociólogos se voltam para a economia e política enquanto a Sociologia foi banida do ensino secundário e dá espaço para a Educação Moral e Cívica.

A partir de 1980, em torno das movimentações de defesa da democracia no Brasil com a promulgação da Lei Federal nº 7.44/1982 (BRASIL, 1982), põe fim na obrigatoriedade do ensino profissionalizante no 2º Grau e afirma no Art. 1º que o ensino de 1º e 2º graus devem ter como objetivos proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania. Abre-se a possibilidade de se ofertar a disciplina de Sociologia no 2º Grau na condição optativa.

Em 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil - LDB e os debates em torno da implementação da lei é que a Sociologia é julgada necessária, no entanto, o texto ainda não é claro quanto a obrigatoriedade. Por fim, o sociólogo presidente Fernando Henrique Cardoso vetou totalmente o Projeto Lei nº 3.178/1997 (BRASIL, 1997) e mais uma vez os estudos em Sociologia não são prioridade para a educação brasileira.

Foi apenas em 2006 quando o então Ministro da Educação Fernando Haddad homologou o Parecer nº 38/2006, protocolado no Conselho Nacional de Educação, que a disciplina de Sociologia foi incorporada ao currículo do Ensino Médio. Contudo, apenas em 2008 com a Lei nº 11.684 (BRASIL, 2008) assinada pelo presidente em exercício José de Alencar Art. 36 da LDB, em seu Art. 36, Inciso IV, estabelece a obrigatoriedade da Sociologia em todo o território nacional, como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio, tanto nas escolas da Rede Pública quanto na privada.

Em agosto de 2016, a partir do golpe que instituiu o impeachment de Dilma Rousseff, o vice Michel Temer iniciou uma conturbada discussão política que reverberou nas mais diversas áreas, inclusive na educação. Assim, foram analisadas a retirada dos componentes curriculares de Sociologia, Filosofia e Artes do Ensino Básico. O então Ministro da Educação José Mendonça Filho, além de suspender a criação e oferta de vagas em cursos, como o de medicina, por exemplo, propôs outras mudanças como a Reforma do Novo Ensino Médio. Em 2017 presenciou-se a consolidação. A Base Nacional Comum Curricular - BNCC é implantada, as referidas disciplinas passam a ser optativas ficando a cargo de “entendimento” dos estados sobre a importância das disciplinas e anexá-las ou não, em seus currículos.

Em Pernambuco ocorreu a redução da carga horária de Sociologia, de uma aula em todas as séries do Ensino Médio para apenas duas aulas semanais, destinadas ao estudo de todo conhecimento teórico-prático de uma disciplina que faz parte da formação básica. Salientando tratar-se de tempo insuficiente para a demanda dos conteúdos, isso sem falar do necessário debate sobre os temas das relações humanas que foram restritos a apenas uma série reprimindo a continuidade das discussões nas demais séries do Ensino Médio.

Neste contexto, nos deparamos com o caráter intermitente da oferta da disciplina, sempre submetida às modificações realizadas na educação em consonância com as ideologias e forças políticas dominantes vigentes no momento. Contudo, há perseverança nos debates sobre a consolidação do componente curricular de Sociologia, seja na academia, na arena

política ou na sociedade organizada em torno da revogação da Reforma do Novo Ensino Médio. Atualmente o MEC está sob consulta pública para avaliação e reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio, uma pequena conquista que durante todo o processo de implementação do Novo Ensino Médio – NEM, pela primeira vez, abre-se um espaço para consultar a população. Lembrando que esta reforma foi implantada sem ampla discussão, sem até mesmo o conhecimento das pessoas diretamente envolvidas como professores/as, estudantes e os pais e responsáveis.

2. Para quem serve o modelo de Educação do Novo Ensino Médio?

A educação pública de qualidade para todos é comumente discutida e ressaltada na arena política, sobretudo em período eleitoral, contudo, essa educação tem sido alvo de debates entre aqueles pertencentes a política partidária e aqueles que militam pela educação, professores, alunos e a sociedade civil organizada. O que demonstra o real interesse de cada grupo social. A questão é que de acordo com as medidas implantadas a educação pública brasileira tem sido cada vez mais fragmentada, reforçando a desigualdade social aprofundando o abismo entre a escola pública e privada. Para os alunos da escola privada houve na prática da Reforma do Novo Ensino Médio, o crescimento de disciplinas e o aumento da carga horária, mas os conhecimentos preparatórios para a continuação dos estudos no curso superior continuaram, o ensino privado vai na linha de uma formação mais completa, enquanto que na escola pública, foi implantada uma ilusão da escolha de trilhas, que na realidade não há escolha, os alunos acabam por ficar na trilha onde tem vaga, longe da ideia de ter um direcionamento para a sua aptidão cognitiva e direcionamento profissional. Além de ter uma variação nos currículos, um aluno que precisar mudar de escola, de cidade ou até mesmo estado, não terá a sequência da trilha escolhida assegurada.

Acontece que para a implantação de trilhas e de disciplinas eletivas houve a redução de carga horária da formação básica dificultando o trabalho dos professores e professoras, que acabam por oferecer um ensino superficial já que há uma crescente mudanças na oferta de disciplinas prejudicando a formação docente e subutilizando esses profissionais. Sem mencionar a terceirização do ensino, a saber que trilhas são ofertadas pelo setor privado, ou seja, estamos assistindo o sucateamento da educação pública para que os recursos sejam direcionados ao setor privado. Elucidando assim, para quem serve essa educação.

Um outro ponto são os objetivos do Plano Nacional da Educação - PNE, Lei nº 13.05/2014 (BRASIL, 2014), entendendo que estão nas metas a universalização da educação, que seja em tempo integral, a elevação da escolaridade média e o fomento a qualidade da educação básica, torna-se um colossal desafio considerando as desigualdades abissais reforçadas na educação pública x privada, de uma danosa reforma de ensino reforçada pela política de austeridade e cortes de investimentos nas áreas sociais. Inclusive na educação, a exemplo do congelamento de 20 anos nos investimentos estabelecidos na PEC 241/2016 (BRASIL, 2016) no então governo de Michel Temer.

3. A educação que temos e a educação que queremos.

Na Base Comum Curricular - BNCC no caderno de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, na Competência Específica 5 propõe:

Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos (MEC. BNCC, 2017, p. 579).

Nas habilidades específicas são mencionados o estudo dos fundamentos éticos, das diferentes culturas, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade, a questão da violência, da vida cotidiana e na competência 4 fala-se em discutir os múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e /ou geográficos.

Observa-se uma preocupação com a formação social e humana, mas sob um outro modelo. Neste documento é incorporada às bases de uma educação serviente ao capital privado. É incorporado o empreendedorismo dentro das humanidades e retira-se dos estudos as discussões sobre os direitos trabalhistas ao se falar em trabalho.

O Novo Ensino Médio propõe uma formação profissional inexpressiva, ao passo que não investe em equipamentos para aulas práticas e nem na teoria, pois o que está ocorrendo é o apostilamento de itinerários que favorecem o setor privado. Não considera as competências necessárias para o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB que contribui para a análise da qualidade da educação básica no Brasil. Estamos diante do sucateamento da escola pública, para que o setor privado “salvacionista” assuma a educação. Assim, a oportunidade de estudar deixará

de ser para todos, ou seja, quando o público vira privado, o público é privado do todo. Em muitos estados os itinerários foram terceirizados para empresas e fundações assumirem, recebendo assim do setor público pelas aulas. Estamos diante também da redução de postos de trabalhos para os professores, afinal, precisa apenas de instrutor, valorizando o notório saber em detrimento da formação das licenciaturas.

A Lei nº 13.415/2017 que institui a Reforma do Novo Ensino Médio estabelece alterações e “flexibilidade curricular” com a oferta de itinerários formativos. Contudo, a proposta de flexibilização está para além do proposto, na realidade a educação está sendo transformada em um nicho de mercado, os recursos públicos estão sendo transferidos para o setor privado. A exemplo da terceirização das trilhas que estão sendo ministradas por fundações ou pelo Sistema S, como o Senai, por exemplo. Além de um setor muito lucrativo para o setor privado, que é o apostilamento e produção de material para uma infinidade de itinerários e a produção do livro didático financiado pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD. Esvaziado de conteúdos, transformados em apostilamentos, organizados por áreas, não mais como disciplinas específicas e com a redução de componentes curriculares importantes em todas as áreas do conhecimento. Ressaltando que as disciplinas da formação básica são as que apresentam maior prejuízo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser adolescente e vivenciar um período importante da sua história de vida, da sua construção como ser social, em uma idade que é fundamental criar laços afetivos e ter uma educação emocional equilibrada é um desafio e o papel da escola como instituição educadora se destaca neste contexto. Contudo, o modelo de educação vigente a exemplo do Novo Ensino Médio não estimula uma visão crítica e positiva do futuro. Favorece a exclusão e aprofunda as desigualdades sociais, ao passo que diferencia o ensino da escola pública do ensino privado, aos primeiros uma formação profissionalizante, técnica sem a qualificação e investimentos adequados, aos segundos a oportunidade de se preparar para o ingresso na universidade e continuar os estudos para uma melhor qualificação profissional.

Desse modo, considera-se urgente a revogação do Novo Ensino Médio a fim de que seja discutida uma proposta de Reforma de Ensino que esteja em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais - PNLD que foram amplamente debatidos e que responda aos anseios da sociedade no sentido de priorizar a formação para a autonomia do indivíduo,

para a o exercício da cidadania e fortalecimento da democracia. Que seja capaz de contribuir para o pensar e o agir criticamente. É esta a educação que queremos. Para tal se faz importante a incorporação obrigatória das disciplinas de Sociologia, Filosofia e Arte na BNCC a fim de que, através do estudos de suas competências e debates temáticos, seja fortalecida a democracia e possa ser evitada ocorrências como os atos golpistas e de vandalismo do dia 08 de janeiro de 2023 em Brasília que ameaçaram a democracia no Brasil. Ter garantido no ensino básico os estudos de Sociologia contribuem para a compreensão das relações humanas, para a prática da cidadania, para uma educação emancipatória e para a formação crítica.

REFERÊNCIAS

BRASIL, PL 3178/1997: Altera dispositivos do art. 36 da Lei nº 9.394/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional". Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=19225>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL, Lei nº 7.044 de 18 de outubro de 1982. Estabelece o fim da obrigatoriedade do ensino profissionalizante no 2º Grau. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7044.htm. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL, Lei nº 11.684 de 2 de junho de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e inclui a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11684.htm. Acesso em: 14 jun. 2023.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

IANNI, Octavio. **O Ensino das Ciências Sociais no 1º e 2º graus**. In: Cadernos CEDES, v.31, n.85, p. 327-339, set/dez 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/yWjZXPgthbGKMBsMcwWCfzH/?lang=pt> . Acesso em: 8 jun. 2023.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. **O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: Histórico e perspectivas**. In: MORAES, Araury César. **Sociologia: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. P. 15 – 35.